

Café, escravos e negócios
Atividades de um capitalista no Vale do Paraíba (1845-1879)

Coffee, Slaves and Business
Activities of a capitalist in Paraíba Valley (1845-1879)

Raimundo César de Oliveira Mattos
Centro de Ensino Superior de Valença
66mattos@uol.com.br

Resumo: O estudo da correspondência possibilita uma análise de detalhes que, de outra maneira, escapariam à compreensão da historiografia. A proposta deste trabalho é fazer uma análise do comportamento de um cafeicultor do Vale do Paraíba Fluminense, Manoel Antônio Esteves que, de 1845 a 1879, manteve correspondência com diversos elementos e soube preservar este material. Entre cartas recebidas e enviadas, através da microanálise, podemos compreender um pouco da realidade do oitocentos brasileiro, com destaque especial para as questões familiares, a criação e a manutenção de redes de sociabilidade, a cultura política de um período que marcou a região em foco. Cartas são documentos ainda pouco explorados pela historiografia, mas guardam informações capazes de produzir novas interpretações de uma época. Elas podem, aqui, revelar muito ainda sobre o longo Século XIX no Brasil.

Palavras-chave: Correspondência; sociabilidades; capitalista.

Abstract: The study of mail allows a detailed analysis that otherwise would escape the comprehension of historiography. The objective of this work is to analyse the behavior of a coffee grower from the Paraíba River Valley in Rio de Janeiro State, Manoel Antonio Esteves, from 1845 to 1879, kept contact with several elements and well preserved this material. From the letters received and sent, through microanalysis, we can understand a little of the reality of the Brazilian eighteen hundreds, with especial emphasis to family matters, the creation and maintenance of social networks, and the political culture that characterized the area focused here. Letters are documents that are still little explored in historiography, however it keeps information capable to produce new perspectives of an specific period. These letter may furthermore reveal a lot about the long 19th Century in Brazil.

Keywords: Correspondence; social networks; capitalist.

Artigo recebido para publicação em: agosto de 2014

Artigo aprovado para publicação em: setembro de 2014

O Vale do Paraíba Fluminense guarda muitas surpresas para a historiografia. Ele foi muito mais do que um conjunto de cafeicultores escravistas. Existiram outros elementos que desempenharam papéis diversificados, diferentes daqueles comumente apresentados pelas pesquisas tradicionais, apontados como paradigmáticos da região.

É exatamente de uma destas figuras, até então desconhecida da historiografia, que tratamos: Manoel Antônio Esteves que, de imigrante português, negociante em Vassouras, tornou-se cafeicultor, administrador e diretor da ferrovia União Valenciana, demonstrando grande capacidade nos negócios que empreendeu, o que o levou a acumular considerável fortuna. Tornou-se um elemento de grande relevância no período em que atuou, tendo utilizado uma série de estratégias de sociabilidade e de poder, acabando por se tornar um respeitado cidadão, próspero comerciante e fazendeiro. E, como se não bastasse, ainda deixou um acervo documental extremamente vasto, composto, em sua maioria, pelas cartas que recebeu de familiares, comissários de café, políticos e outros.

Algumas dessas fontes foram produzidas por ele próprio, enviadas aos filhos que estudavam na Corte, o que nos revela muito mais do que até hoje se imaginava a respeito do século XIX no Brasil e como se estruturava a sociedade oitocentista, suas culturas políticas, suas redes sociais e mesmo a vida privada dessas figuras, indo além dos simples conceitos e ideias que tínhamos acerca deles e do momento histórico em que viveram.

Na sede da Fazenda Santo Antônio do Paiol encontra-se um livro de anotações que, como última nota, registra a notícia da morte do seu proprietário,¹ ocorrida em seu palacete na rua São Clemente, 132, em Botafogo, no ano de 1879, com uma grande riqueza de detalhes:

Faleceu meu pai Manoel Antonio Esteves no Rio de Janeiro a 27 de maio de 1879 a 1 hora e 34 minutos da madrugada de moléstia do coração. Foi sepultado no Cemitério S. João Batista da Lagoa no mesmo dia às 5 e 45 minutos da tarde. Faleceu na rua de S. Clemente no. 132, no quarto grande do lado direito, junto à sala de visitas. Foi seu médico assistente o Dr. A. Camello Valdetaro, que conferenciou com o Dr. Torres Homem, quatro vezes. Caiu doente aqui na fazenda, no dia de sexta-feira da Semana Santa, com um formidável ataque de angina de peito, do qual já tinha sofrido anteriormente 2 ou 3 ameaças. Teve o ataque no escritório lá em baixo, às 7 horas e ½ da manhã, que durou até 8 horas, mais ou menos, estando presentes eu, Luiz Gomes Pahim, agente da Estação de Esteves, e Pedro da Silva Mendes, em (?) nesta fazenda. Voltando a si, conseguiu subir e tomar a cama, onde veio encontrá-lo o Dr. Calmon, de Valença, e em seguida o Dr. Emílio Guadagni. Feita por mim a exposição dos fatos, o Dr. Calmon conheceu o ataque, em oposição ao Dr. Guadagni, que diagnosticou uma simples neuralgia a (?). Este foi o seu médico assistente, até fins do mês de abril, em que foi resolvida e realizada a partida de meu pai para a Corte a consultar os médicos. Ali chegando, tomou conta do doente o Dr. Valdetaro, que conheceu logo a gravidade da doença, e já por si, em 1 ou 2 visitas diariamente que fazia, e já em conferências com o Dr. Torres Homem, tratou de lançar mão de todos os meios ao alcance da medicina para curar o doente. Mas infelizmente, tudo foi baldado!²

Em seu testamento, datado de 10 de maio de 1879, ele deixou a quantia de 4 contos de réis à Santa Casa de Misericórdia de Valença, em um gesto típico dos afortunados do século XIX, e todo o restante de sua herança como capital de giro para a sociedade Manoel Esteves & Filhos, ficando seus sócios obrigados a dividir semestralmente os lucros, em partes iguais, por todos os seus filhos, enquanto vivessem, e depois aos filhos destes. Declarou, entre seus haveres, terras, plantações, estabelecimentos

¹ Esta nota a respeito da morte de Manoel Esteves foi feita por um de seus filhos que não se identifica. Provavelmente se trata do mais velho, Francisco.

² Livro de anotações existente no arquivo pessoal da Fazenda Santo Antônio do Paiol.

rurais, escravos, títulos de dívidas, ações de companhias, propriedades em Valença, a estação de Esteves da Estrada de Ferro União Valenciana e a dita sociedade comercial. Deixou, portanto, um rico legado, como se pode destacar nos seguintes excertos:

Declaro que faço parte da sociedade comercial estabelecida nesta Corte, sob a firma Manoel Antônio Esteves & Filhos, e da qual são sócios meu dito filho Dr. Francisco Martins Esteves e meu genro Antônio José de Faria Brandão [...]. Aqui tenho de capital, lucros e em conta corrente nessa sociedade, consta da respectiva escrituração cuja fidelidade conheço e garanto. Atendendo a que uma liquidação forçada dessa sociedade traria incontestavelmente grandes prejuízos quer aos meus dois sócios referidos, quer em geral a meus filhos e herdeiros, é minha vontade que o dito meu filho e genro, que comigo fazem parte da mesma sociedade, a continuem sob a mesma, ou sob nova firma, [...] podendo, sem inconveniente fazê-lo observadas as seguintes disposições: deixo à Santa Casa de Misericórdia da dita cidade de Valença a quantia de quatro contos de réis, além do que tenho até agora adiantado à mesma Santa Casa, e que será considerado como esmola a esse pio e útil estabelecimento: deduzida da minha terça essa quantia de 4 contos de réis, todo o restante e remanescente do mesmo terço ficará em caixa e giro da mesma sociedade [...] o qual prêmio será semestralmente dividido em partes iguais por todos os meus ditos filhos, digo ditos onze filhos acima mencionados, os quais gozarão desse usufruto da minha terça enquanto viverem, passando-o por sua morte, a seus filhos, se os tiverem, e caso algum morra sem filhos, passará a sua parte aos irmãos sobreviventes, até o último [...].

Declaro que os meus haveres consistem em terras, plantações, estabelecimentos rurais, escravos, títulos de dívidas, ações de companhias, propriedades nessa cidade de Valença, e na Estação de Esteves na Estrada de Ferro Valenciana, e no que tenho na mencionada sociedade comercial de que se formará a minha terça.³

Pelos registros do *Almanak Laemmert*, até 1853 ele se encontrava em Vassouras, estabelecido como negociante e proprietário de imóvel, sendo que em 1848, na primeira vez em que é mencionado, é citado na parte de oficinas diversas. No ano de 1850 aparece uma especificação em seus negócios – uma padaria – desaparecendo no ano seguinte. A partir de 1854, ele é declarado fazendeiro em Valença, embora continue como negociante em Vassouras até 1855, e proprietário até 1866. Em Valença, de 1854 a 1866, ele é citado apenas como fazendeiro. No ano seguinte, como fazendeiro que possui engenho e, a partir de 1867, aparece em outras categorias, notadamente desde a construção do ramal da linha férrea. De 1875 em diante ele assume outras atividades, voltando inclusive à de negociante que havia desempenhado em Vassouras.

Ao longo dos anos, Esteves ampliou os cafezais de sua fazenda inicial, a Santo Antônio do Paiol, recebida como dote de casamento em 1850, adquiriu e abriu novas fazendas na região: São Francisco, Ribeirão, Santa Catarina e Boa Vista. Nelas, chegou a ter mais de 600 escravos. Em 1858, por ocasião da partilha dos bens da sogra, Clara Maria Dutra, recebeu, por herança de sua mulher, Maria Francisca, a quantia de 100:034\$868, além de parte da Fazenda Santa Anna.⁴

Pelo que se pode depreender da leitura de sua correspondência, Manoel Esteves se apresenta como uma pessoa extremamente bem articulada, dotado de um extraordinário senso de administração e, ao que parece, muito hábil no relacionamento com as elites das cidades onde se instalou. Não tardou a travar relações com notórios fazendeiros de Vassouras e de Valença, estabeleceu negócios com eles, conseguindo, assim, alcançar uma posição de respeitabilidade e confiança. Sua habilidade no trato com importantes figuras da região e com os negócios levaram-no, pouco a pouco, a alcançar posições cada vez mais importantes. Sua situação econômica e social vai progressivamente se delineando, tornando-o um

³ Testamento de Manoel Antônio Esteves – acervo da Fazenda Santo Antônio do Paiol.

⁴ Cf. Processo 3679, caixa 359, número AAN 224, do Museu da Justiça – Rio de Janeiro.

membro efetivo da elite cafeicultora. No entanto, foi só a partir de seu casamento com a filha de um fazendeiro também português, e a sua conseqüente transferência para a propriedade que recebeu como dote é que pôde se lançar com mais afinco a um projeto que, se não foi definido de antemão, levou-o a se aproveitar de todas as oportunidades de que dispunha para se inserir na sociedade da região.

O Vale do Paraíba Fluminense foi o grande centro cafeicultor desde a primeira metade do século XIX até por volta da década de 1870. A sociedade que se formou nessa região baseava-se na propriedade de terras e de escravos, através dos quais se estabeleciam as relações de sociabilidade e de poder. Este, por sua vez, não existe sozinho, sendo muito mais denso e difuso do que um conjunto de leis ou o aparato estatal, estando presente em diferentes partes da sociedade, exercido em níveis variados e integrado ou não ao Estado.⁵ O poder é, pois, uma prática social constituída historicamente, perpassando toda a estrutura social, não possuindo limites ou fronteiras.

Foi nesse cenário que Manoel Esteves fez fortuna. Ele se distingue dos demais cafeicultores por diversificar seus investimentos, acumulando considerável capital e propriedades, representando um diferencial, ainda que algumas de suas ações remetam para o lugar comum da busca de lucro e *status*. Foi também um dos responsáveis pela construção de um dos ramais da linha férrea em Valença, e depois um de seus diretores, atuações que facilitaram o escoamento de sua produção, uma vez que uma das estações construídas passava em frente à sua principal propriedade. Suas atividades fizeram dele um exemplo típico do capitalista do século XIX, isto é, “da pessoa que tinha grandes cabedais e dinheiro para suas negociações e meneio”,⁶ conforme a definição do *Dicionário da Língua Portuguesa* de Antônio de Moraes Silva (1813), o que se confirma pelo inventário dos bens por ele deixados, apesar de incompleto.

Ele foi o protótipo do novo homem da segunda metade oitocentista: o comerciante/fazendeiro que alcançou poder econômico e prestígio em uma sociedade que não abria suas portas facilmente a qualquer um, aliando o seu capital à sua capacidade de investimentos e estratégias de inserção social. Multiplicou o seu capital, expandiu os seus investimentos e tentou alçar seu filho mais velho a uma posição de destaque na sociedade imperial, possivelmente o ingresso no âmbito político. Diferentemente dos demais “barões do café”, Manoel Esteves não levou uma vida faustosa, indiferente ao trabalho. Sobre os cafeicultores do Vale do Paraíba, Carl Koseritz chega a dizer que “pretendem continuar a sua vida de vagabundos e se esforçam por isso na procura de novos escravos, de cor amarela, em substituição aos antigos pretos”.⁷ Este detalhe demonstra um diferencial nas atitudes de Esteves, cuja origem, ao contrário de muitos que chegavam ao Vale do Paraíba Fluminense, provenientes de Minas Gerais e pertencentes a famílias abastadas e/ou conhecidas, certamente o levou a um comportamento diferenciado, dedicando-se ao trabalho até mesmo de forma incansável. Esteves, ao contrário, pelo que se depreende do que escreveu ao filho, não apenas se preocupava com o andamento de seus negócios, como fiscalizava pessoalmente o trabalho em suas fazendas:

Não lhe escrevi ontem por ter ido às fazendas, que fui daqui às 3 horas da manhã e voltei às 2 horas da tarde, que (?) preciso eu ir todos os dias que eu possa ir, é muito bom, que o dono (?) que enxerga melhor que os empregados [...]⁸

⁵ Cf. FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2006, p. 221.

⁶ Cf. SILVA, Antonio de Moraes. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Tipografia Lacerdina, 1813, p. 342.
Disponível em:

<http://books.google.com.br/books?id=hXr_KN0PfCcC&printsec=frontcover&hl=ptBR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 11/10/2011.

⁷ KOSERITZ, Carl. *Imagens do Brasil*. Tradução, prefácio e notas de Afonso Arinos de Melo Franco. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1943, p. 218.

⁸ Carta enviada por Manoel Antônio Esteves ao filho Francisco em 05 de julho de 1878.

Não tenho dado resposta por falta de tempo, como sabe bem que é preciso olhar para tudo o (?) nada se faz. Ontem fui às fazendas, saindo daqui às 3 horas da manhã, voltando para aqui às 4 horas da tarde [...] ⁹
[...] pois isso é muito bom, que se trabalha com gosto, para o homem que deseja andar para adiante; mas alguns não andam para adiante, e sim andam para trás; porque não querem trabalhar e não cuidar na vida; o que será deles quando forem velhos [...] ¹⁰

Manoel Esteves foi responsável pela gestão das finanças do sogro durante um período, chegando mesmo a administrar sua conta corrente com o comissário de café na Corte e assinar as ordens dadas a ele. Tais fatos se observam no documento a seguir, que lhe foi dirigido pelo visconde de Condeixa ¹¹ em junho de 1853:

Incluso remeto aberta uma carta para seu digno sogro, o Sr. Francisco Martins Pimentel, de quem sem nenhuma ordem nem autorização fiz descontar em bilhetes do Tesouro o saldo que o mesmo Sr. aqui tinha em 31 do mês findo, a fim de lhe ir vendendo algumas coisas, cumprindo assim com nosso dever, procurando meios de dar algum interesse a quem também me ajuda. Como pode acontecer que o Sr. Pimentel não esteja ao fato do que são bilhetes do Tesouro, peço a V. Sa. que lhe explique asseverando-lhe que nenhum obstáculo pode haver em sacar quando queira, porque com os mesmos bilhetes se cumprirão as ordens com o mesmo desconto pelo tempo que falta, e sempre fica o prêmio pelo tempo que lhe terá decorrido. Negociante dói-lhe o coração vendo dinheiro parado, e por isso fiz esta operação tomando a mim a responsabilidade por não ter nenhuma. ¹²

Cabe aqui abrir um parêntese para salientar que esta carta deixa claro que Manoel Esteves costumava organizar os negócios do sogro. O visconde de Condeixa, por sua vez, estava habilmente se valendo de sua condição de comissário para realizar transações comerciais com os recursos de Francisco Pimentel em benefício próprio, justificando tal procedimento como um expediente necessário, não permitindo que o dinheiro ficasse parado e tomando a si a responsabilidade do ato, além de pedir que o cliente explicasse a situação e a operação ao sogro. Todavia, tratava-se de uma prática comum entre os comissários, apesar de pouco honesta.

Naquele mesmo ano de 1853, Manoel Esteves retira-se para sua fazenda e as ordens financeiras referentes aos negócios da família Pimentel passam a ser dadas pela sogra, Clara Maria Dutra, e pelo cunhado, Joaquim Gomes Pimentel. No ano seguinte, morre o sogro, Francisco Martins Pimentel.

Da sogra, aliás, Esteves recebeu um crédito em 1860 como antecipação da partilha de seus bens entre os filhos, fato este comprovado pelo que se segue: “Confirmamos a nossa de 12 do corrente e de posse de seus favores de 25 do pp. e 11 do corrente – de cujos conteúdos estamos certos, creditamos ontem a V. Sa. 10.500\$000 em virtude de ordem de sua Ilma. sogra D. Clara Maria Dutra de 10 do corrente”. ¹³

Não obstante, decorridos dez anos, parece que Esteves continuava participando dos negócios da família de sua esposa, o que se comprova através de documentos enviados por outros comissários, a

⁹ *Ibidem*, 21 de agosto de 1878.

¹⁰ *Ibidem*, 18 de setembro de 1878, comentando a respeito de remessas de café para sua casa comissária.

¹¹ João Maria Colaço de Magalhães Velasques Sarmento (1806-1871), de origem portuguesa, foi fidalgo-cavaleiro da Casa Real, par do Reino, Comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cavaleiro da Torre e Espada, comendador da Ordem da Rosa do Brasil, administrador do vínculo dos Colaços no campo de Coimbra, negociante de grosso trato na praça do Rio de Janeiro, capitalista e grande proprietário em Portugal.

¹² Carta enviada a Manoel Antônio Esteves pelo Visconde de Condeixa em 01/06/1853.

¹³ Carta enviada a Manoel Antônio Esteves por Antônio Ferreira Santos em 15/05/1860.

exemplo do já mencionado Antônio Coelho Netto dos Reys,¹⁴ que possuía sua firma comissária na antiga rua Direita, número 57 e, em 1863, escreve a Esteves:

[...] Relativamente à conta da Sra. sua sogra, mandamos a cópia que V. Sa. pede: quanto porém ao aceite e assinatura da letra pelo saldo da conta da mesma Sra. não pode ser feito por seu atual marido, o Sr. José Martins do Valle, por causa das cláusulas especiais do contrato do seu casamento. Consultando o advogado a este respeito, ele nos disse que o único meio seria o de passar a Sra. D. Clara uma procuração ao Sr. José Miz, por meio da qual lhe desse autorização para aceitar em nome dela as letras que por saldo das contas correntes lhe apresentássemos [...]. Desejamos concordar com V. Sa. no melhor meio de conciliar as coisas a este respeito, mas sem prescindir do que for indispensável para legalidade de qualquer ato, no que vem sabemos que V. Sa. está de perfeito acordo.¹⁵

No que diz respeito à escravaria de Manoel Esteves, o único livro de matrícula de escravos ainda existente no acervo da Santo Antônio do Paiol é o de número 89. Refere-se ao ano de 1872, e possui a relação nominal dos matriculados da fazenda e demais propriedades de Esteves. O plantel pode ser visualizado no quadro seguinte:

Quadro 01 – Plantel de Manoel Antônio Esteves em 1872

ANO	1872
Existentes	578
Comprados	50
Vendidos	-x-
TOTAL	628

Fonte: Acervo da Fazenda Santo Antônio do Paiol

Ora, levando-se em conta as estimativas de João Fragoso, que aponta como grandes proprietários aqueles que possuíam mais de 50 escravos,¹⁶ Esteves ultrapassava em muito este número. Em 1872, segundo o mesmo livro de tomo, ele libertou três escravos, e mais quatro em 1875. Consta também a libertação de três escravos pelo Fundo de Emancipação, sem mencionar o ano. Note-se que a primeira leva libertada ocorreu um ano após a Lei do Ventre Livre.

Entre 1877 e 1878, Esteves fez uma substantiva aquisição de escravos, que informa ao filho Francisco, na época à frente de sua casa comissária na Corte. Assim, ele diz que “[...] hoje dou uma ordem de dois contos de réis para você pagar ao Sr. Teixeira, cunhado do Pahim, do escravo que lhe comprei

¹⁴ Membro da importante família dos barões de Carapebus, que tinha grande influência na política local na região de Campos de Goytacazes. A família era ligada por parentesco aos Nogueira da Gama, do marquês de Baependy, que também possuía representantes em Valença, como os filhos: o segundo conde de Baependy, o barão de Juparanã e o barão de Santa Mônica. Cf. MARTINS, Maria Fernanda. Os tempos da mudança: elites, poder e redes familiares no Brasil, séculos XVIII e XIX. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de & SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *Conquistadores e Negociantes*. Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América Latina: séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 427. Antônio Dias Coelho Netto dos Reys, segundo barão com grandeza, único visconde e conde de Carapebus (Campos dos Goytacazes, 4 de setembro de 1829 – Paris, 9 de novembro de 1896), foi proprietário de terras e advogado. Exerceu funções públicas, como deputado legislativo pelo Rio de Janeiro, e teve cargos na Corte, como veador e guarda-roupas imperial. Era filho de Joaquim Netto dos Reys, primeiro barão de Carapebus, e de Antônia Joaquina da Cruz. Casou-se em 1854 com Francisca Jacinta Nogueira da Gama, filha de Brás Carneiro Nogueira da Costa e Gama, segundo conde de Baependy. A condessa era dama da corte e membro de diversas ordens honoríficas. Antônio dos Reys recebeu o título de barão com grandeza por decreto de 6 de abril de 1867, o de visconde com grandeza por decreto de 30 de novembro de 1886. e o de conde por decreto de 8 de agosto de 1888. O título faz referência a uma região campense. Era comendador da Imperial Ordem de Cristo, oficial da Imperial Ordem da Rosa e grã-cruz da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa.

¹⁵ Carta enviada a Manoel Antônio Esteves por Antônio Coelho Netto dos Reys em 05/08/1863.

¹⁶ Cf. FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Sistemas agrários em Paraíba do Sul: um estudo de relações não capitalistas de produção (1850-1920)*. Dissertação de Mestrado, (Departamento de História), Rio de Janeiro: UFRJ, 1983, capítulo I.

[...].¹⁷ No mês seguinte ele se preocupa em adquirir novos escravos para duas de suas fazendas, em virtude da idade avançada daqueles que trabalhavam em uma delas e da carência de uma outra: “Sobre o Luiz Baptista vender os escravos, se agradassem podiam ficar com vinte, pois a gente de Santa Catarina é velha e muito fraca; em a Boa Vista também falta gente, como sabe disto e se ele vender”.¹⁸ Tudo leva a crer que ele se preparava para o fim gradual da escravidão, projetada pela Lei do Ventre Livre. De outra feita, embora aparentemente sem necessitar, apenas pelo fato de terem lhe oferecido, Esteves informa que “[...] amanhã sigo para Vassouras ver os escravos do filho de Manoel Sabino que veio aqui oferecer-me os escravos; quer vender 16 ou 20. Se me agradarem, devo comprar [...]”.¹⁹ Não há notícias se ele chegou a adquirir estes, mas no mês seguinte retornou a Vassouras para verificar outros cativos:

Ontem fui a Vassouras ver os escravos do finado Freitas com o Sr. Joaquim de Freitas que fez-me o favor de ir mostrá-los e vi. Eles porém não são superiores, são escravos regulares. No sábado hei de ir ao Rio Bonito ver os 71 escravos do finado Capitão (ilegível) que devem ir à praça no dia 2 do mês que vem. Eu não podendo comprar aqui destes irei a Vassouras no dia 4 do mês que vem [...]. Comprei 4 escravos do nosso amigo Sr. Joaquim de Freitas.²⁰

Três meses depois, ele torna a adquirir escravos, informando inclusive que os mesmos “[...] importaram em 44.200\$000, sendo 31 escravos, alguns pequenos que vou mandar para Boa Vista”.²¹ Como se vê, mesmo após a Lei do Ventre Livre, Esteves continuou adquirindo escravos, buscando na região onde melhor lhe conviesse.²² Ele certamente demonstrava preocupação pelo andamento da campanha abolicionista, do que se depreende das notícias enviadas por seu filho:

O ministério tem custado a se organizar; fala-se muito que o Imperador quer acabar com a escravidão, por se ter comprometido na Europa, mas se entrar para o gabinete, como se espera, o Martinho de Campos, que é fazendeiro e contrário àquela ideia, **estaremos garantidos**.²³ Foi o que disse hoje o Jaguary.^{24 25}

Lamentavelmente, não se tem a soma exata dos escravos pertencentes a Esteves registrados em seu testamento. Já o citado documento de doação feita por sua esposa, Maria Francisca, datado de 18 de outubro de 1881, dois anos após a morte do marido, traz uma relação de todo o plantel pertencente às propriedades do casal, perfazendo um total de 589 cativos e com a ressalva de que acompanhavam as mães “diversos ingênuos todos devidamente matriculados”.²⁶ Como já observamos, este número ultrapassa em até dez vezes o apontado por João Luís Fragoso como determinador de um grande proprietário.

O inventário de Esteves possui outra listagem, feita em 24 de abril de 1879, contendo o nome de 604 escravos. Também traz declarações de nascimento de filhos de cativos, feitas em conformidade com o

¹⁷ Carta enviada por Manoel Antônio Esteves ao filho Francisco Martins Esteves em 14/06/1877.

¹⁸ Carta enviada por Manoel Antônio Esteves ao filho Francisco Martins Esteves, em 29/07/1877.

¹⁹ *Idem*, em 15/03/1878.

²⁰ Carta enviada por Manoel Antônio Esteves ao filho Francisco Martins Esteves em 11/04/1878.

²¹ *Idem*, em 08/06/1878.

²² Possivelmente essas fazendas estavam extintas e talvez Esteves estivesse arrematando os escravos.

²³ Grifo nosso.

²⁴ José Ildefonso de Sousa Ramos, o visconde de Jaguary, parece ter sido uma pessoa que sempre se dedicou à política. Nascido em 1812, na cidade de Baependi, Minas Gerais, formou-se em Direito pela Faculdade de São Paulo, foi presidente das províncias do Piauí, Pernambuco e Minas Gerais, senador e ministro de diferentes pastas do Império. Obteve o título de barão das Três Barras e, mais tarde, o de segundo visconde de Jaguary, além de ter sido provedor da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro. Em sua biografia, diz-se apenas que morreu em 23 de julho de 1883, na Fazenda das Três Barras.

²⁵ Carta enviada por Francisco Martins Esteves a Manoel Antônio Esteves em 05/01/1878.

²⁶ Doação feita por Maria Francisca Pimentel Esteves aos filhos, em 18/10/1881.

artigo 6º. do regulamento 4.835, de 1º. de dezembro de 1871. Estas se estendem de 1872 a 1878, constando 105 crianças; mas a numeração começa em 118 e se estende até 223, faltando as primeiras, recomeçando após a morte de Esteves a partir de julho de 1879 e indo até o número 259, em 22 de maio de 1880. Ou seja, ele possuía bem mais cativos do que menciona sua esposa em seu testamento.

Esteves também costumava alugar alguns de seus escravos, prática continuada pela esposa após sua morte, o que se comprova pelo mesmo inventário. No documento consta o aluguel recebido por 21 escravos em serviço na Fazenda de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, elementos estes de propriedade da firma de Manoel Antônio Esteves & Filho, a razão de 10% ao ano, no valor de 4.785\$081 e de quatro escravos ao serviço da Estrada de Ferro União Valenciana, desde maio de 1879 até 1880, no valor de 2.946\$300.

Além das fazendas e dos negócios com o café, ele também adquiriu propriedades urbanas. Em relação aos imóveis que possuía em Valença, encontramos uma notícia informando que, em 01 de novembro de 1868, Esteves assinou o maior valor em um grupo de proprietários da rua da Uruguaiana na cidade.²⁷ Isso se deu provavelmente pelo fato de ele possuir três imóveis neste logradouro, fazendo doações para uma subscrição organizada com o objetivo de proceder ao recalçamento da mencionada rua.

As informações registradas a respeito das propriedades urbanas de Manoel Esteves em Valença encontram-se em uma doação feita por sua esposa, Maria Francisca, aos filhos, alguns anos após a morte do esposo e, principalmente, em seu inventário, bem como em algumas de suas cartas. Do testamento da mesma Maria Francisca, feito alguns dias antes da morte do marido, em maio de 1879, não há dados a respeito dos bens imobiliários deixados para a família.

Na doação que fez aos filhos em 1881,²⁸ por sua vez, Maria Francisca nomeia as três casas já mencionadas da rua da Uruguaiana e mais uma quarta, situada na rua da Câmara. Relaciona também outra casa de sobrado, na cidade do Rio de Janeiro, situada à rua de Bragança, atual Conselheiro Saraiva, no centro da cidade, nas imediações do Mosteiro de São Bento, onde se localizava a casa comercial de Manoel Esteves & Filho.

Em 1877, por outro lado, Esteves foi informado a respeito do recebimento do aluguel referente às propriedades que possuía em Valença.²⁹ “Recebi os aluguéis de suas casas da Rua Uruguaiana, relativas ao mês findo [...]”.³⁰

Uma das propriedades de Esteves em Valença, situada na então denominada rua da Câmara, ainda se encontra relativamente bem conservada, enquanto as demais, na rua da Uruguaiana, acabaram demolidas. Além desses imóveis, ele alugava, na Corte, uma chácara situada à Rua São Clemente, 132, conforme consta em um recibo no valor de 855\$500, datado de 16 de agosto de 1879, referente a dois meses de aluguel da referida casa.³¹

²⁷ Cf. Lista encontrada no jornal *O Alagóas*, edição de 01 de novembro de 1868.

²⁸ Cf. Doação feita por Maria Francisca Pimentel Esteves aos filhos. Acervo pessoal de Maria de Lourdes Sá Brandão de Almeida, descendente de Manoel Esteves. Essa doação foi feita apesar do testamento de 1879 da mesma Maria Francisca, mas parece não ter sido levada a efeito, uma vez que, após a sua morte, o filho mais velho, Francisco Esteves, apresentou em cartório apenas o testamento da mãe.

²⁹ Tais imóveis não mais existem, tendo sido demolidos.

³⁰ Carta enviada a Manoel Antônio Esteves por João Muniz da Silva em 02/08/1877. Nesta carta o missivista ainda relata o fato de ter enviado unicamente 30\$000, por ter deduzido 70\$000, valor referente às despesas feitas em junho do mesmo ano por Manoel Esteves. Isso nos revela que o montante do aluguel era de 100\$000.

³¹ Do inventário também consta o pagamento feito ao feitor da chácara, no valor de 707\$993, pelo ordenado de 17 meses e 21 dias, datado de 16 de agosto de 1879.

Embora já estabelecido na Fazenda Santo Antônio do Paiol, em 1860 foi encontrado ainda o registro de uma sociedade comercial que fazem Francisco Luís Fernandes Rocha com Manoel Esteves – “Esteves & Rocha” – em 18 de julho.³² De tal sociedade, no entanto, não encontramos documentação.

Esteves retoma sua atividade original de negociante, em Valença, na década de 1870. Abriu uma casa comercial justamente na entrada da Fazenda Santo Antônio do Paiol. Aliás, o local foi escolhido tendo em vista a construção do ramal da linha férrea, terminado nesse período e com o prédio da gerência, doado por ele, ao lado de seu estabelecimento. Também organizou outra loja no centro da cidade, comercializando, segundo o *Almanak Laemmert*, louças, ferragens, secos e molhados.³³ O comércio em Valença, por sinal, expandiu-se com a efetivação da ferrovia, tendo a cidade se tornado “um dos mais importantes centros comerciais da antiga província do Rio de Janeiro”.³⁴

Esteves acabou, por fim, abrindo a sua própria casa comissária, sediada na antiga rua de Bragança, 29, na Corte. O *Almanak Laemmert* nomeia-o, a partir de 1874, como negociante brasileiro, passando, em 1877, a consignatário e, em 1878 e 1879, acumulando as duas funções.

Em 1877, no *Almanak*, ele aparece com a firma comissária Manoel Antônio Esteves & Filhos, sendo o filho mais velho, Francisco, apresentado como seu sócio. Em 1879, além do filho, também o genro, Antônio José de Faria Brandão, torna-se associado à empresa, que negociava café e mais gêneros do país. Consta em seu inventário o fato de sua esposa ter recebido a quantia de 50.000\$000 do filho Francisco e o mesmo valor do genro, do adiantamento feito por Esteves para constituir o capital dos dois na firma supracitada, que comerciava uma grande variedade de produtos, além de receber café para consignação.³⁵

Desde 1859, apesar dos problemas pelos quais atravessava a produção cafeeira, em época anterior à sua retornada às atividades comerciais, Esteves desenvolveu outros empreendimentos ao lado da cafeicultura, adquirindo ações de várias instituições bancárias, o que podemos constatar pelo que se segue:

Quadro 02 – Ações bancárias de Manoel Esteves

DATA	QUANTIDADE	TIPO	VALOR
13/09/1859 ³⁶	40	Dividendos Banco Comercial e Agrícola ³⁷	226\$000
12/03/1862 ³⁸	40	Dividendos Banco Comercial e Agrícola	220\$000
10/12/1863 ³⁹	13	Dividendos Banco do Brasil	101\$400
29/04/1864 ⁴⁰	40	Dividendos 5º rateio Banco Comercial e Agrícola ⁴¹	160\$000
09/07/1864 ⁴²	13	21º dividendos Banco do Brasil	110\$500

Fonte: Acervo da Fazenda Santo Antônio do Paiol

³² Cf. consta no referido cartório, livro 09, p. 207.

³³ Cf. *Almanak Laemmert*, de 1875 a 1879.

³⁴ Cf. IÓRIO, Leoni. Valença de ontem e de hoje. Valença: edição do autor, 1953, p. 34.

³⁵ Segundo o inventário de Manoel Esteves, sua firma na Corte vendia sulfureto de carbono, salitre, carne, açúcar, sabão, óleo de rícino, cânfora, vidros de pílula de família, alçaçuz, massa para chumbar dentes, dobradiça de ferro, máquina de costura, canos de chumbo, chapa para fogão, barrica de cimento, vassoura de cabelo, parafuso para madeira, lixa, maços de pontas de Paris, rolo de arruelas, vinho, vidro de doce, manteiga, bolachinhas, goiabada, magnésia calcinada, vergalhões, barras de ferro, colheres de aço para pedreiro, vermelhão, sapatos, cama inglesa de seis palmos, colchões, almofadas, pregos, chapa de cobre, alcatrão, vidros de frutas francesas, latas de biscoitos, entre outros.

³⁶ Cf. informações registradas na carta enviada por Antônio Ferreira dos Santos.

³⁷ Tal banco possuía uma filial na região, em Vassouras, administrada pela família Teixeira Leite e Caetano Furquim.

³⁸ Cf. informações registradas na carta enviada por Netto dos Reys.

³⁹ *Idem*.

⁴⁰ *Idem*.

⁴¹ Aqui o banco se encontrava em liquidação.

⁴² Cf. informações registradas na carta enviada por Netto dos Reys.

Constam também de seu inventário dividendos de 30 ações do Banco do Brasil, no valor de 270\$000, segundo demonstrativo apresentado por sua esposa, do período compreendido entre 27 de maio de 1879 a 30 de junho de 1880.

Através da correspondência dos comissários, porém, é que se verifica que o crescimento comercial experimentado por Esteves na década de 1870 ocorreu a partir de dois fatos significativos que podem explicar as razões que o levaram a isso: a própria construção da ferrovia, inaugurada em 18 de maio de 1871 e da qual foi um dos principais articuladores, que iria dinamizar o transporte do café da região, e a assinatura da Lei do Ventre Livre em 28 de setembro de 1871, o que nos leva a cogitar que ele, como bom administrador e negociante, chegou a antever problemas que adviriam do fim da escravidão, conduzindo-o a buscar alternativas viáveis para as suas transações.

Além disso, constata-se o fato de que Esteves tomava dinheiro junto a seus comissários e emprestava o montante com juros mais altos, leia-se, com lucro, a diversas pessoas e mesmo instituições, como a estrada de ferro, cujo capital, acrescido de juro foi recebido por Maria Francisca após a sua morte. Ela assim apresenta o que recebeu nesse período:

Quadro 03 – Balancete dos valores emprestados a juros por Manoel Esteves e recebidos por sua esposa

Data da transação ou vencimento	Favorecido	Natureza	Juros	Valor do repasse e/ou pagamento
17/09/1875 03/10/1876 (vencimento)	Antônio Pereira da Rocha	Dois créditos	17.286\$554 (valor recebido)	4\$000 e 7\$700
29/04/1876 (vencimento)	Manoel Sabino da Silveira	Crédito	Já calculado sob o montante	29.816\$922 (crédito de 32\$000)
02/09/1878	Cia. União Valenciana	Empréstimo	715\$516	50\$000
27/03/1879 (vencimento)	Visconde de Pimentel	Duas letras	Já calculado sob o montante	109.068\$425
08/04/1879 (vencimento)	José Martins do Valle	Letra	Já calculado sob o montante	39.204\$977
Não consta	Antônio Correia e Castro	Letra	Não consta	14.787\$460
TOTAL				236.627\$784

Fonte: Inventário Manoel Antônio Esteves – acervo do Museu de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Também de seu inventário consta uma letra assinada por Manoel Esteves em 06 de julho de 1877, no valor de 150 contos de réis, contra Manoel Joaquim Alves Machado, a juros de 9% ao ano, paga por sua esposa Maria Francisca. Um recibo foi firmado em 05 de julho de 1879 no valor do empréstimo, e outro, de mesma data, no valor de 13.500\$000 referente aos juros. Tais fatos indicam a atuação de Esteves como capitalista, conseguindo quantias que repassava para pessoas ligadas ao seu círculo de amigos, conforme atitude habitual no século XIX. Além disso, também podia se tratar de pessoas de vultosas posses que disponibilizavam capital para ser emprestado em troca de juros e retornos monetários.⁴³ No entanto, ele

⁴³ Cf. SARADIM, Fernanda. *Capitalistas em Campinas: 1873-1884*. Monografia apresentada ao Instituto de Economia da Unicamp, Campinas, 2010, p. 10. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000770975>>. Acesso em 18/10/2011.

se resguardava em relação às pessoas com problemas monetários, visando proteger os seus negócios, como se depreende da carta que enviou ao filho em 1876:

[...] enquanto o Sr. Lemos de Miranda não acho bom ter negócios com esse senhor, porque depois que o pai faleceu, tem feito muitas dívidas. Ele mandou aqui pedir-me já tempo 12 contos. Eu lhe disse o (ilegível) ele que não podia arranjar essa cifra. Ele é uma pessoa que não convém isso [...]⁴⁴

Conforme consta ainda no inventário, o saldo em conta corrente de Manoel Esteves, em 30 de junho de 1879, pouco mais de um mês após sua morte, perfazia um total de 599.625\$720, enquanto a totalidade dos bens informada por Maria Francisca Esteves, em 15 de julho de 1880, era a seguinte:

Quadro 04 – Balancete dos bens móveis deixados por Manoel Esteves segundo informe de sua esposa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR	
Devedores	482.712\$607	
Venda de café que existia nas tulhas (colhido em 1879/1880)	193.921\$297	
Café avaliado	14.793\$877	
Café vendido em julho	4.365\$492	
Aluguéis de escravos	7.731\$381	
Aluguéis de casas	4.650\$000	
Dividendos e juros de bancos e companhias	4.455\$021	
Cal vendida	440\$000	
SUBTOTAL		713.069\$675
DESPESAS		275.279\$238
TOTAL		437.490\$487

Fonte: Inventário de Manoel Antônio Esteves – acervo do Museu de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Entretanto, malgrado o sucesso alcançado, e ainda que tenha conseguido amealhar considerável fortuna, raramente Manoel Esteves é mencionado pelos memorialistas valencianos. Sequer é nomeado por autores que se dedicam ao estudo do Vale, em meio aos elementos que formaram a “boa sociedade” local. Nem tampouco legou seu nome à posteridade, apesar de ter tido participação ativa na construção da primeira linha férrea de Valença, empreendimento que beneficiou todos os produtores da região. A par disso, também não figura ao lado dos outros cafeicultores, membros das grandes famílias locais, como os Correia e Castro, de Vassouras, com quem manteve relações nos seus primeiros anos no Vale; ou com os Teixeira Leite; ou os Nogueira da Gama, entre outros, sempre citados quando se trata de nomear a riqueza que caracterizou o eixo Vassouras-Valença.

Não obstante o fato de ter sido dono de terras, de escravos, de imóveis, de ações bancárias e da estrada de ferro, da qual foi um dos principais articuladores e membro da diretoria, de se eleger provedor da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Valença e ser admitido como membro da Casa de Misericórdia de Vila Nova do Famelicão, em Portugal, Esteves não logrou obter um título de nobreza no Brasil nem em Portugal, como o cunhado, Joaquim Gomes Pimentel, que recebeu da Coroa portuguesa o título de visconde de Pimentel. O máximo que conseguiu foi ser agraciado com a comenda da Ordem da Rosa, outorgada pela princesa Isabel no ano mesmo da inauguração da ferrovia União Valenciana, o grau

⁴⁴ Carta enviada por Manoel Antônio Esteves ao filho Francisco em 18 de dezembro de 1876.

hierárquico mais baixo daquela ordem nobiliárquica. Fica, por conseguinte, a dúvida: apesar de ter conquistado tantos cabedais, por que razão ele não conseguiu se inserir plenamente na elite imperial, e nem ao menos obteve reconhecimento na sua pátria de nascimento? Talvez por este motivo ele tenha almejado para seus filhos alcançarem a importância sociopolítica que não obteve para si.

No cenário ambíguo e contraditório da política imperial, mais complexa e sofisticada do que os simples favoritismo e clientelismo geridos a partir da *grande política* que se desenrolava na Corte, o português Esteves constitui um caso emblemático. Ele estabeleceu uma intrincada rede de poder, construiu uma identidade e alcançou a cidadania, trajetória que de certo modo acabou coroada pela conquista de um título, ainda que de menor grandeza: o de comendador por serviços prestados à Coroa e ao país.

Raimundo Mattos: é Doutor em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Atualmente é professor na rede estadual do Rio de Janeiro e professor nos cursos de História e Pedagogia no Instituto Superior de Educação de Valença.